

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N.º 014/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012/2026

Torna-se público que a Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Do Vale Do Aço, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço, modo de disputa aberto, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123, e demais legislação aplicável.

Data de início do recebimento das propostas: 11/06/2026

Data fim do recebimento das propostas: 15/06/2026 as 23:59h

Horário da Fase de Lances: 16/06/2026 de 08:00h as 14:00

Plataforma de Licitações LICITANET - www.licitanet.com.br

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preço para o fornecimento de materiais de informática, equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos tecnológicos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e tecnológicas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, conforme Termo de Referência em anexo.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, em modo de disputa aberto, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos, e estiver devidamente cadastrado www.licitanet.com.br

2.2. Como requisito para participação na dispensa, em campo próprio do sistema eletrônico, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso.

2.3. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do SUPORTE PARA O FORNECEDOR, disponível em forneecedor@licitanet.com.br ou pelo telefone (34) 3014-6633.

2.3.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual e forma de envio propostas do <https://www.licitanet.com.br/perguntas-frequentes>

2.4. Será de responsabilidade exclusiva do interessado em participar do processo de contratação direta, o correto entendimento do regulamento e operacionalização do Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a dispensa eletrônica.

2.6. A participação na dispensa eletrônica se dará por meio de digitação da senha pessoal do credenciado e subseqüentemente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

2.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista neste Aviso de Dispensa de Licitação.

2.8. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as disposições constantes do art. 4º, caput, da Lei nº 14.133/21, de acordo com o objeto da contratação da presente Dispensa.

2.9. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.9.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.9.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.9.3.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.9.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.9.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 2.9.5. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 2.9.6. empresa impedida de licitar ou contratar com o CIMVA.

3. DO INGRESSO NA DISPUTA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. Após a divulgação do aviso de dispensa eletrônica, o fornecedor interessado deverá encaminhar concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação, proposta de preços, exclusivamente na forma eletrônica através do Sistema de Dispensa Eletrônica do portal www.licitanet.com.br em papel timbrado da empresa (se houver), **conforme Anexo II**, contendo a descrição do objeto ofertado, a marca do produto,

e o preço, de acordo com as exigências constantes deste Aviso e do Termo de Referência, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinada pelo representante legal ou por assinatura eletrônica válida.

3.2.1. O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

3.2.2. O preço unitário e total dos itens deverá estar expresso em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.

3.2.3. Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

3.2.4. O fornecedor declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.

3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.6.1. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.6.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente será (ao) disponibilizado (s) para avaliação do agente de contratação e para o acesso ao público após encerramento do envio de lances.

3.7. No cadastramento da proposta inicial, o proponente deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- a) que inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- c) que está ciente e concorda com as condições gerais da contratação, constantes no presente Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos;
- d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.7.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste aviso de dispensa.

4. FASE DE LANCES

4.1. Na data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para que os fornecedores iniciem o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, até o horário de encerramento já previsto neste Aviso.

4.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

4.2. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado.

4.2.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a disputa, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.2.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (Um centavo).

4.2.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

- 4.3. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.4. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
 - 4.4.1. O fornecedor não pode se identificar de maneira alguma até a finalização da disputa, sob pena de desclassificação.
- 4.5. Imediatamente após o término da fase de lances, haverá o ordenamento e divulgação dos lances em ordem crescente de classificação.
- 4.6. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, o agente de contratação verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, o agente condutor negociará com o interessado para tentativa de obtenção de condições mais vantajosas.
- 5.3. Será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta ajustada ao valor do último lance ou da negociação, e se necessário, de documentos complementares à decisão. A proposta deverá ser enviada no prazo de até 02 (duas) horas após notificação.
- 5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado;

5.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos.

5.13. Dos Itens Desertos e Fracassados

5.13.1. Considerar-se-á deserto o item para o qual não houver apresentação de propostas válidas durante o período de recebimento estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.13.2. Considerar-se-á fracassado o item em que todas as propostas forem desclassificadas ou todos os fornecedores forem inabilitados, após observadas as diligências e os procedimentos previstos neste Aviso.

5.13.3. Na hipótese de item deserto ou fracassado, o CIMVA poderá, observados os princípios da economicidade e da eficiência administrativa:

I – promover nova contratação direta ou novo procedimento de dispensa eletrônica;

II – realizar nova pesquisa de preços e adequar as condições da contratação, quando necessário;

III – proceder à contratação com fundamento na legislação vigente, desde que devidamente justificada e observados os requisitos legais aplicáveis.

5.13.4. A ocorrência de item deserto ou fracassado será devidamente registrada na ata da sessão e no processo administrativo correspondente.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação constam **do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste Aviso e serão exigidos somente do fornecedor mais bem classificado da fase de lances e/ou da negociação.

6.1.1. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado pelo agente de contratação o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

6.1.1.1. lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

Nota explicativa: A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

6.1.1.2. consulta do banco de dados de penalidades do CIMVA (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas).

6.1.1.3. outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição pra consulta, conforme o caso.

6.1.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.1.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.1.1.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.2. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação. 6.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, a pedido do agente condutor, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o agente condutor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.

6.4.1. Neste casos, a Administração poderá solicitar a apresentação do documento original para conferência de autenticidade, quando houver dúvida fundada, no prazo Máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do agente de contratação, via sistema.

6.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.1. a prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa;

6.5.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito da participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar as os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

6.5.3. Será assegurado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

6.5.4. Nas contratações realizadas por meio da presente Dispensa Eletrônica, serão observados, quando cabíveis, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.5. Para fins de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, considera-se empate as situações em que as propostas apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, observadas as regras e peculiaridades da contratação direta.

6.5.6. A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada na forma da legislação vigente, mediante declaração apresentada pelo fornecedor e demais documentos exigidos pela Administração.

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. Na aplicação das sanções administrativas serão observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como os critérios previstos no art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.2. Para definição da sanção aplicável, a Administração considerará, entre outros aspectos:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – os danos causados à Administração;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os antecedentes da contratada;

V – a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

VI – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

7.2.3. As penalidades previstas neste Aviso poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observada a gravidade da infração, mediante regular processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

7.2.4. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá da análise das circunstâncias do caso concreto, observados os limites e requisitos previstos nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. Para definição da sanção aplicável, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes do infrator e demais elementos relevantes ao caso concreto.

7.4. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

7.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão aplicadas nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Findo o julgamento da Dispensa Eletrônica, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a ARP, que obedecerá ao modelo Anexo V, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

8.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

8.3. Será facultado ao CIMVA, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme art. 90 da lei Federal 14.133/2021.

8.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 8.3 deste artigo, o Consórcio, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso de Dispensa Eletrônica, poderá:

8.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

8.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Consórcio caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitando-se às sanções cabíveis previstas neste Aviso e na Lei nº 14.133/2021.

8.6. A regra do 8.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 8.4.1.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

9.1. Além das obrigações previstas neste Aviso, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aquelas relacionadas à formalização, execução, acompanhamento, fiscalização e cumprimento das obrigações contratuais, nos termos dos arts. 92, 115 e 117 da referida Lei, sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis.

9.2. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

10.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas na minuta da ata de registro de preços.

11. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Os pedidos de esclarecimentos, bem como de impugnação referentes aos processos de dispensa de licitação na forma eletrônica serão enviados ao Agente de Contratação, até 24 (vinte e quatro) horas anterior ao horário marcado para a abertura da sessão pública, ficando o Agente de Contratação responsável por disponibilizar resposta aos pedidos de esclarecimentos e impugnação, podendo, o mesmo requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Aviso de dispensa e dos anexos.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Aviso de Dispensa de Licitação até 24 (vinte e quatro) horas anterior ao horário marcado para a abertura da sessão pública.

11.2.1. A impugnação, como regra, não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração dos anexos, decidir sobre a impugnação.

11.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional que poderá ser concedida, desde que seja devidamente motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo.

11.2.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11.3. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações deverão ser enviadas por meio da plataforma AMM Licita – <https://ammlicita.org.br/>, sendo que, no citado site serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o Agente de Contratação julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

12. DO RECURSO

12.1. O Agente de contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (10) dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. A falta de manifestação da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Aviso de Contratação, implica decadência desse direito, ficando o agente de contratação autorizado a dar sequência pela adjudicação do objeto à LICITANTE VENCEDORA.

12.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao agente de contratação verificar a tempestividade e a existência da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3.1. Nesse momento o agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

12.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

131. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico do CIMVA, disponível no endereço: www.licitanet.com.br

13.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

13.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

13.2.2. valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

13.2.2.1. apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e, atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor;

13.2.2.2. no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

13.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3. As providências dos subitens 13.2.1 e 13.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

13.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente da contratação na respectiva notificação.

13.5. Caberá ao fornecedor acompanhar a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante de sua ausência.

13.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão de julgamento na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso. 12.11. Da sessão pública' será lavrada Ata.

13.11. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados que se encontram disponíveis no endereço: Portal Eletrônico www.licitanet.com.br ou www.cimva.mg.gov.br

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro Preço;

ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO V – Declaração Unificada.

Ipatinga,

Marcos Antônio Marques

Presidente - CIMVA

TERMO DE REFERÊNCIA

Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e as regulamentações da Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço - CIMVA, e suas alterações, apresentamos o presente Termo de Referência para subsidiar a administração, na eventual contratação.

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

1.1. Constitui objeto da presente Termo de Referência: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de informática, equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos tecnológicos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e tecnológicas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, conforme especificações constantes neste termo.

1.2. A contratação compreende o fornecimento de bens destinados à manutenção, ampliação, modernização e suporte da infraestrutura tecnológica do Consórcio, incluindo equipamentos de informática, dispositivos eletrônicos, periféricos, componentes, acessórios, equipamentos de armazenamento, equipamentos de rede, dispositivos móveis e demais materiais correlatos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais.

1.3. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. A aquisição ocorrerá mediante sistema de registro de preços, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.7. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda do Consórcio, não gerando ao órgão gerenciador a obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.

1.8. Os quantitativos estimados para contratação encontram-se detalhados na planilha de especificações e quantidades constante deste Termo de Referência, tendo sido definidos com base no levantamento das necessidades atuais e futuras do CIMVA.

1.8.1 DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE ESTIMADA – DESCRITAS NO ITEM 9, DESTE TERMO

1.8.2. As especificações dos produtos estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1. A fundamentação para esta contratação administrativa não se baseia no Estudo Técnico Preliminar (ETP), pois, de acordo com a legislação sobre dispensa de licitação por valor, este documento não é obrigatório para a contratação direta.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa para o fornecimento de materiais de informática, equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos tecnológicos, visando atender às necessidades administrativas, operacionais e tecnológicas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA.

3.2. A contratação contempla o fornecimento de equipamentos e materiais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados das garantias ofertadas pelo

fabricante e pela contratada, quando aplicáveis, observando-se as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

3.3. A solução foi concebida considerando todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de aquisição, transporte, entrega, instalação quando necessária, utilização, suporte em garantia, manutenção corretiva coberta pelo fabricante, substituição de itens defeituosos e destinação ambientalmente adequada dos componentes e embalagens, quando aplicável.

3.4. A aquisição dos itens permitirá a manutenção e modernização da infraestrutura tecnológica do Consórcio, contribuindo para a continuidade dos serviços administrativos, o aumento da eficiência operacional, a segurança das informações e a melhoria do desempenho das atividades institucionais.

3.5. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, possibilitando a adequada gestão dos recursos públicos e a aquisição dos bens de acordo com a demanda efetivamente existente durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

3.6. A solução adotada mostra-se a mais vantajosa para a Administração, por possibilitar a obtenção de equipamentos e materiais compatíveis com as necessidades institucionais, com observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, competitividade e interesse público.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1. A contratação administrativa deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, visando garantir o fornecimento de bens adequados às necessidades do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA.

4.2. Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, sem sinais de utilização, recondicionamento ou remanufatura, devendo atender às especificações mínimas estabelecidas pela Administração e às normas técnicas aplicáveis.

4.3. A contratada deverá assegurar a qualidade, a durabilidade, a funcionalidade e o desempenho dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição de itens que apresentem defeitos de fabricação, vícios, avarias ou desconformidades identificadas durante o período de garantia.

4.4. Em observância aos princípios da sustentabilidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser priorizados, sempre que disponíveis no mercado, equipamentos com

maior eficiência energética, menor consumo de recursos naturais, reduzida geração de resíduos e fabricados em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.5. Os equipamentos que possuírem certificações de qualidade, segurança, eficiência energética ou conformidade técnica emitidas por órgãos competentes poderão apresentá-las como forma de comprovação do atendimento aos requisitos técnicos exigidos.

4.6. Não será exigida garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza comum do objeto, os riscos reduzidos da contratação e a inexistência de complexidade que justifique a adoção da referida garantia.

4.7. É vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Administração, desde que não prejudique a execução contratual, a qualidade dos produtos fornecidos ou a responsabilidade integral da contratada perante o CIMVA.

4.8. A contratada deverá possuir capacidade operacional para fornecer os bens nas quantidades e prazos estabelecidos pela Administração, responsabilizando-se pelo transporte, entrega, descarregamento, substituição de produtos defeituosos e demais obrigações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.

4.9. Os produtos entregues deverão estar devidamente acondicionados, embalados e identificados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento, observando-se as recomendações do fabricante e as normas aplicáveis.

4.10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato Social Consolidado), devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;

- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;
- g) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar por escrito conforme, e ou comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

4.10.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

4.10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a

Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

4.10.4. DAS DECLARAÇÕES

a) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação pública ainda não tenha celebrado contratos administrativos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte – EPP

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega é de 5 (cinco) dias, contados da Ordem de Fornecimento / Compra – OF.

5.2. Os bens/materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Altina Gonçalves, n.º 95_A, Iguaçu, Ipatinga – MG - CEP 35.162-016 – Sede do Consórcio CIMVA ou descrito no campo de observações da Ordem de Fornecimento / Compra – OF.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens/materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) servidor(a) público(a) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta.

5.5. Os bens/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens/materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias úteis, pelo(a) servidor(a) público(a) ou comissão, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato administrativo.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021).

6.3. A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

6.4. O(A) fiscal do contrato administrativo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

6.5. O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

6.6. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº. 14.133/2021).

6.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021).

6.8. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

6.9. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).

6.10. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail.

6.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.12. O(A) Contratado(a) deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato administrativo (art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

6.13. A indicação ou a manutenção do preposto do(a) Contratado(a) poderá ser recusada pelo contratante, desde que devidamente justificada, devendo o(a) contratado(a) designar outro para o exercício da atividade, no prazo indicado pelo fiscal.

6.14. Após a assinatura do contrato administrativo ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante do(a) Contratado(a) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento pela efetiva execução do objeto deste instrumento será efetuado mensalmente, até o 15º dia do mês subsequente, à CONTRATADA, através da Tesouraria, APÓS A ACEITAÇÃO DEFINITIVA, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo.

7.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

7.1.2 - A contagem para o 15º dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação DEFINITIVA e aceite da execução dos serviços, pela fiscalização do Consórcio e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

7.1.3 - Para execução do pagamento, licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do consórcio, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Serviço.

7.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao consórcio.

7.1.5 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

7.1.6 – O Consórcio poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela licitante vencedora caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A licitante vencedora deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Consórcio.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante vencedora atenda à cláusula infringida.
- c) A licitante vencedora retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Consórcio.
- d) Débito da licitante vencedora para com o Consórcio quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

7.7 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Consórcio, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGM-M do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O licitante será selecionado por meio de procedimento de dispensa de licitação pública, conforme estabelecido no Parágrafo 2º, inciso II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. O processo ocorrerá na forma física e adotará como critério de julgamento o menor preço.

8.2. De acordo com o art. 75 da referida Lei, a dispensa de licitação será aplicável nas seguintes condições:

8.2.1. Inciso I e II do caput: Os valores estabelecidos serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas, conforme o disposto em lei.

8.2.2. Nos termos do §2º do art. 75 da Lei 14.133/2021, para consórcios públicos, os limites de dispensa de licitação previstos nos incisos I e II do caput são duplicados. Assim, para compras e serviços, o procedimento de dispensa de licitação poderá ser adotado para contratações com valores inferiores a R\$ 130.984,22 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos), desde que não haja fracionamento de despesas e sejam observados os demais requisitos legais.

8.3. O modo de disputa será aberto

8.4 - Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

8.4.1 - Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1. O valor estimado da contratação foi definido com base na mediana dos preços obtidos por meio da plataforma GOVPREÇOS, utilizando-se informações provenientes de contratações públicas, atas de registro de preços, homologações e demais fontes oficiais disponíveis para pesquisa de mercado. A metodologia adotada contemplou a consolidação e o tratamento estatístico dos dados coletados, com a desconsideração de valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, quando identificados, visando garantir a obtenção de preço de referência compatível com a realidade do mercado e com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. DO VALOR ESTIMADO

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT | PR. UNIT | PR. TORAL |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------|------------|--------------|
| 1 | Teclado profissional de alta qualidade, novo, padrão ABNT2, indicado para uso corporativo e administrativo, compatível com computadores e notebooks. Equipamento com conexão USB ou sem fio, teclas macias e silenciosas de alta durabilidade, layout ergonômico para maior conforto durante uso contínuo, resistência adequada ao uso intenso em ambiente de escritório e estrutura reforçada. Possuir caracteres impressos de forma legível e resistente ao desgaste, teclas de atalho multimídia e ajuste de inclinação. Compatível com os principais sistemas operacionais, dispensando instalação complexa de drivers. Produto novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento e garantia mínima do fabricante. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 20 | R\$ 104,05 | R\$ 2.081,00 |

| | | | | | |
|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|----|-----------------|---------------|
| 2 | Monitor profissional de alta qualidade, novo, indicado para uso corporativo e administrativo, com tela LED ou IPS de no mínimo 21,5 polegadas, resolução mínima Full HD (1920 x 1080), proporcionando imagens nítidas, cores equilibradas e amplo ângulo de visão. Equipamento com taxa de atualização compatível para uso contínuo em atividades administrativas, tratamento antirreflexo, brilho e contraste adequados para ambientes internos, além de baixo consumo de energia. Possuir no mínimo conexões HDMI e VGA ou superior, base com ajuste de inclinação e compatibilidade com computadores e notebooks. Produto acompanhado de fonte, cabos necessários ao pleno funcionamento, manual de instruções, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 5 | R\$ 679,00 | R\$ 3.395,00 |
| 3 | Smart TV 50", resolução mínima 4K UHD, tecnologia LED ou superior, Wi-Fi e Bluetooth integrados, mínimo 3 entradas HDMI e 1 USB, com controle remoto, acessórios e garantia mínima de 12 meses. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 1 | R\$ 2.770,00 | R\$ 2.770,00 |
| 4 | Webcam Full HD de alta qualidade, nova, com microfone integrado, indicada para uso profissional em videoconferências, reuniões virtuais, transmissões online e atividades de home office, compatível com computadores pessoais, notebooks e Smart TVs. Equipamento com resolução mínima HD 720p (1280 x 720 pixels), admitindo-se resolução superior, foco fixo de alta precisão, captação de imagem nítida e fluida, microfone embutido com redução de ruídos para melhor qualidade de áudio, conexão USB plug and play, sem necessidade de instalação complexa de drivers, compatível com os principais sistemas operacionais e plataformas de videoconferência. Possuir suporte ajustável para fixação em monitor ou mesa, cabo integrado e estrutura compacta e resistente. Produto novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento e garantia mínima do fabricante. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 10 | R\$ 322,94 | R\$ 3.229,40 |
| 5 | Frigobar na cor branca, com capacidade líquida mínima de 121 litros, sistema de refrigeração com controle de temperatura ajustável, compartimento interno para armazenamento de alimentos e bebidas, prateleiras removíveis ou reguláveis, porta com compartimentos para acondicionamento de garrafas e embalagens diversas, degelo conforme tecnologia do fabricante, iluminação interna quando aplicável, alimentação elétrica de 127V ou 220V conforme demanda do órgão, classificação de eficiência energética compatível com as normas vigentes, baixo nível de ruído e garantia mínima de 12 (doze) meses. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, e atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 1 | R\$ 1.310,71 | R\$ 1.310,71 |
| 6 | Computador completo de alta qualidade, novo, destinado ao uso corporativo e administrativo, composto por gabinete, monitor, teclado e mouse, com desempenho compatível para execução simultânea de sistemas de gestão, navegação web, videoconferências, editores de texto, planilhas e demais aplicações institucionais. Equipamento com processador de arquitetura x86 de geração atual ou superior, memória RAM mínima de 16GB DDR4 ou superior, armazenamento SSD mínimo de 512GB, placa gráfica integrada, conectividade de rede Ethernet e Wi-Fi, múltiplas portas USB, HDMI e áudio. Monitor LED ou IPS de no mínimo 21,5", resolução Full HD, teclado padrão ABNT2 e mouse óptico ergonômico. Sistema operacional original, licenciado e instalado, compatível com ambiente corporativo. Todos os componentes deverão ser novos, de primeiro uso, acompanhados de cabos, fontes, acessórios necessários ao pleno funcionamento, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no território nacional. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 3 | R\$ 6.273,33 | R\$ 18.819,99 |
| 7 | Mouse óptico de alta qualidade, novo, indicado para uso corporativo e administrativo, com design ergonômico que proporcione conforto durante utilização prolongada. Equipamento com conexão USB, sensor óptico de alta precisão, resolução mínima de 1.200 DPI ou superior, funcionamento suave e responsivo em diferentes superfícies, contendo no mínimo 03 botões e scroll de rolagem. Compatível com computadores e notebooks, bem como com os principais sistemas operacionais, dispensando instalação complexa de drivers. Estrutura resistente e durável, adequada para uso contínuo em ambiente de escritório. Produto novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento e garantia mínima do fabricante. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 20 | R\$ 114,00 | R\$ 2.280,00 |
| 8 | Fone de ouvido headset sem fio, novo, com tecnologia de conectividade Wireless 2,4 GHz e Bluetooth, compatível com computadores, notebooks e dispositivos móveis, acompanhado de cabo USB-C para carregamento. Equipado com sistema de cancelamento ativo de ruído (ANC), microfone integrado de alta sensibilidade para comunicação em chamadas e | UNI | 10 | R\$ 179,99 | R\$ 1.799,90 |

| | | | | | |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---|-----------|--------------|
| | videoconferências, estrutura ajustável para cabeça com hastes reguláveis e almofadas acolchoadas para maior conforto durante uso prolongado. Possuir resposta de frequência mínima de 20 Hz a 20 KHz, bateria recarregável com autonomia mínima de 26 horas de uso contínuo, controles integrados de áudio e chamadas, alcance sem fio compatível com ambientes corporativos e peso aproximado de até 390 g. Dimensões mínimas aproximadas de 10 x 5 x 1,27 cm ou superiores. Produto novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento e garantia mínima do fabricante. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | | | | |
| 9 | Adaptador de rede sem fio (Wi-Fi) de alta qualidade, novo, compatível com computadores e notebooks, destinado à conexão de dispositivos às redes sem fio de internet. Equipamento com interface USB, suporte aos padrões Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n/ac ou superior, operação em frequência 2.4 GHz e/ou 5 GHz, proporcionando conexão estável, segura e de alta velocidade para navegação, videoconferências e utilização de sistemas online. Compatível com os principais sistemas operacionais, com instalação simplificada plug and play ou por driver incluso. Possuir antena interna ou externa de bom alcance, estrutura compacta e resistente, acompanhado dos acessórios necessários ao pleno funcionamento, manual e garantia mínima do fabricante. Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas. | UNI | 5 | R\$ 95,00 | R\$ 475,00 |
| | | | | | R\$36.161,00 |

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do CIMVA.

10.2. A contratação administrativa será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

010104.122.0001.2002 MANTER GESTÃO DO CIMVA CONTRATO RATEIO

449052000000 - Equipamentos e Material Permanente - 16

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado estará prevista e indicada no orçamento do CIMVA, para o exercício de 2026, utilizando rubricas próprias à época da contratação.

Ipatinga– MG, 29 de maio de 2026.

Elton Carlos Torres do Amaral
Secretaria Executiva

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

| |
|------------------------------------------|
| RAZÃO SOCIAL: |
| CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL: |
| REPRESENTANTE E CARGO: |
| CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: |
| ENDEREÇO E TELEFONE: |
| EMAIL: |
| AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA; |
| VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS |

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de informática, equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos tecnológicos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e tecnológicas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|-----------|-------|--------|-------|-------------|-------------|
| | | | | | | |

Os preços proposto acima contempla todos os impostos, encargos, taxas de ordem social, previdenciário, trabalhista, securitários, tributários e despesas com a entrega dos produtos.

Local, de de 2026

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º ____/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 014/2026****DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 012/2026**

Pela presente ata de Registro de Preços, são partes, através de seus representantes no final nomeados como: CONTRATANTE, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO - CIMVA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº21.466.841/0001-69, com sede Avenida Altina Gonçalves, n.º 95_A, Iguaçu, Ipatinga – MG - CEP 35.162-016, representado pelo Presidente Sr. Marcos Antônio Marques inscrito no CPF nº. 034.590.346-37 e, como CONTRATADA a empresa @razaoSocialFornecedor , inscrita no CNPJ sob o N.º @cpfCNPJFornecedor , com sede na Rua @enderecoLogradouroFornecedor , cidade de @enderecoCidadeFornecedor , e aqui representada por seu representante legal @nomeRepresentanteFornecedor , portado do CPF n.º @cpfRepresentanteFornecedor , adjudicatária da Dispensa de Licitação Eletrônico nº. 012/2026 resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preço: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de informática, equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos tecnológicos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e tecnológicas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. Vinculam-se à presente Ata de Registro de Preço:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A proposta da contratada;
- 1.2.3. Aviso de Dispensa de Licitação Publica;
- 1.2.3. A Autorização da contratação direta;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DOS ITENS E PREÇOS REGISTRADOS SÃO OS QUE SEGUE:

2.1 – Ficam registrados os preços unitários e totais estimados constantes da tabela abaixo: R\$ _____ (_____).

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|-----------|-------|--------|-------|-------------|-------------|
| | | | | | | |

3. DAS CONDIÇÕES A SEREM PRATICADAS, CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA E NAS PROPOSTAS APRESENTADAS

3.1. O prazo de validade da ata de registro de preços – ARP – será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ARP, nos termos do art. 84 da Lei nº. 14.133/2021, não se restabelecem os quantitativos inicialmente fixados na licitação pública, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente.

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. As alterações, atualizações periódicas de preços, revisões, reequilíbrios e cancelamentos da Ata de Registro de Preços observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

3.5. Esta ARP não pode ser aderida;

3.6. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, que exercerá o controle dos quantitativos registrados, das contratações decorrentes e dos demais atos relacionados à sua execução.

3.7. A existência de preços registrados não obriga o CIMVA a firmar contratações, facultando-se a realização de procedimento específico para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

3.8. Quando houver necessidade de contratação, o fornecedor registrado será convocado para fornecer os itens solicitados, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e nesta Ata.

Ipatinga – MG, @diaAtual de @mesAtualPorExtenso de @anoAtual

@nomeAutoridadeCompetente

Presidente - Contratante

@razaoSocialFornecedor

Fornecedor / Contratado

Avenida Altina Gonçalves, n.º 95_A, Iguaçu, Ipatinga – MG - CEP 35.162-016

Tel.: (31) 3822 1817 <https://www.cimva.mg.gov.br> e-mail: gerenciaadm@cimva.mg.gov.br.

ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N.º ____ / 2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 014/2026****DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 012/2026**

Pelo presente Termo de Contrato, são partes, através de seus representantes no final nomeados como: CONTRATANTE, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO - CIMVA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº21.466.841/0001-69, com sede Avenida Altina Gonçalves, n.º 95_A, Iguaçu, Ipatinga – MG - CEP 35.162-016, representado pelo Presidente Sr. Marcos Antônio Marques inscrito no CPF nº. 034.590.346-37 e, como CONTRATADA a empresa @razaoSocialFornecedor , inscrita no CNPJ sob o N.º @cpfCNPJFornecedor , com sede na Rua @enderecoLogradouroFornecedor , cidade de @enderecoCidadeFornecedor , e aqui representada por seu representante legal @nomeRepresentanteFornecedor , portado do CPF n.º @cpfRepresentanteFornecedor , adjudicatária da Dispensa de Licitação Eletrônico nº. 012/2026, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1. E objeto do presente termo e a Contratação de empresa para fornecimento de materiais de informática, equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos tecnológicos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e tecnológicas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO ATO QUE TIVER AUTORIZADO A CONTRATAÇÃO DIRETA E À RESPECTIVO PROPOSTA

2.1. Vinculam a este contrato administrativo:

2.1.1. O Termo de Referência;

2.1.2. A proposta da contratada;

2.1.3. Aviso de Dispensa de Licitação Pública;

2.1.4. A Autorização da contratação direta;

2.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS

3.1. As legislações aplicáveis à execução deste contrato administrativo, inclusive quanto aos casos omissão, são:

3.1.1. Lei nº. 14.133/2021;

4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é após sua assinatura, no período de 12 Meses, contados após sua assinatura.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. O regime de execução ou a forma de fornecimento está prevista no TR.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO

6.1. O preço deste contrato administrativo é de R\$

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. As condições de pagamento estão previstas no TR.

6.4. Os preços contratados são fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato.

6.5. Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante solicitação formal da Contratada, acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

6.6. O prazo para análise e resposta aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias.

6.7. Não haverá atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DOS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA O PAGAMENTO

7.1. Os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para o pagamento estão previstos no TR.

8. CLÁUSULA OITAVA: DOS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO

8.1. Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando o for caso, estão previstos no TR.

9. CLÁUSULA NONA: DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentaria Anual – LOA, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

010104.122.0001.2002 MANTER GESTÃO DO CIMVA CONTRATO RATEIO

449052000000 - Equipamentos e Material Permanente - 16

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO

10.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR SUA PLENA EXECUÇÃO, QUANDO EXIGIDAS, INCLUSIVE AS QUE FOREM OFERECIDAS

PELO CONTRATADO NO CASO DE ANTECIPAÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE PAGAMENTO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº. 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

12.1. Os produtos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses ou prazo superior oferecido pelo fabricante, contados da data do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

12.2. Durante o período de garantia, a Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir os produtos defeituosos sem qualquer ônus ao Contratante.

12.3. O atendimento em garantia observará os prazos e condições previstos no Termo de Referência.

12.4. As partes comprometem-se a observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas necessárias à proteção dos dados eventualmente tratados durante a execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. Das Obrigações do Contratante

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), de acordo com o contrato e seus anexos;

13.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.1.3. Notificar o(a) Contratado(a), por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços;

13.1.4. Notificar o(a) Contratado(a), por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido;

13.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo(a) Contratado(a);

13.1.6. Efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas neste contrato;

- 13.1.7. Aplicar as sanções cabíveis em caso de inexecução total ou parcial;
- 13.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis;
- 13.1.9. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 13.1.10. Decidir os requerimentos apresentados no prazo de até 30 (trinta) dias;
- 13.1.11. Não responder por compromissos assumidos pelo(a) Contratado(a) perante terceiros.

13.2. Das Obrigações do(a) Contratado(a)

- 13.2.1. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 13.2.2. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes;
- 13.2.3. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos;
- 13.2.4. Atender às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato;
- 13.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços executados com vícios, defeitos ou incorreções;
- 13.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros;
- 13.2.7. Não contratar, durante a vigência contratual, cônjuge, companheiro ou parente de dirigente, fiscal ou gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 13.2.8. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e demais encargos legais;
- 13.2.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;
- 13.2.10. Não permitir a utilização de trabalho de menores em desacordo com a legislação vigente;
- 13.2.11. Comprovar, quando exigido, o cumprimento da reserva legal de cargos;
- 13.2.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual;
- 13.2.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis;
- 13.2.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 13.2.15. Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada;
- 13.2.16. Substituir, no prazo fixado pela fiscalização, os produtos recusados por apresentarem defeitos, avarias ou divergências;

13.2.17. Fornecer produtos novos, sem uso, em linha de fabricação e acompanhados dos acessórios necessários ao seu funcionamento;

13.2.18. Cumprir as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, abstendo-se de praticar atos de corrupção, fraude, conluio ou qualquer conduta lesiva à Administração Pública.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o(a) Contratado(a) que:

14.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato administrativo;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato administrativo que cause grave dano ao Contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato administrativo;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato administrativo ou não entregar a documentação exigida para a contratação administrativa, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação administrativa sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato administrativo;

14.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato administrativo;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o(a) Contratado(a) der causa à inexecução parcial do contrato administrativo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.3 a 14.1.9, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.8 a 14.1.12, bem como aquelas previstas nos itens 14.1.2 a 14.1.9 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (§ 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

14.3. Multa:

14.3.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20% (vinte por cento);

14.3.1.1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato administrativo por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.2. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato administrativo, no caso de inexecução total do objeto.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste contrato administrativo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

14.5. Todas as sanções previstas neste contrato administrativo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

14.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do(a) Contratado(a) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao(à) Contratado(a), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

14.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao(à) Contratado(a), observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

14.10. Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

14.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

14.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.12. A personalidade jurídica do(a) Contratado(a) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato administrativo ou para provocar confusão patrimonial, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

14.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO

15.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pelo Contratante, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Caberá ao fiscal do contrato verificar a conformidade dos produtos fornecidos, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS DE EXTINÇÃO

16.1. O contrato administrativo se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o Contratante providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro, se for o caso.

16.3. Quando a não conclusão do contrato administrativa referida no item anterior decorrer de culpa do(a) Contratado(a):

16.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

16.3.2. poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato administrativo pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº. 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.

16.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº. 14.133/2021.

16.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

16.6.3. Indenizações e multas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Contratante fará a publicação deste contrato administrativo nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

17.2. O Contratante providenciará a divulgação do presente contrato e de seus eventuais aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. O foro da Justiça Estadual de Ipatinga - MG é eleito para dirimir os eventuais litígios que decorrerem da execução deste contrato administrativo que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme § 1º do art. 92 da Lei nº. 14.133/2021.

Ipatinga - MG __ de ____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO V – DAS DECLARAÇÕES UNIFICADAS**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 014/2026****DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº. 012/2026**

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Praça/Rua/Av. _____, nº. _____, bairro _____, cidade de _____, estado de _____, por intermédio de seu(ua) sócio(a)-administrador(a), senhor(a) _____, inscrito no CPF nº. __, **declara**, para os devidos fins:

- () Não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- () Minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- () Não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() A Microempresa – ME – e Empresa de Pequeno Porte – EPP – deverá apresentar ainda declaração de que no ano-calendário de realização da licitação pública ainda não celebrou contratos administrativos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte – EPP.

Local e data.

Assinatura

AVISO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO, EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICO N.º 012/2026, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS, PERIFÉRICOS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS TECNOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E TECNOLÓGICAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO AÇO – CIMVA. ABERTURA: O EDITAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO NO ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CIMVA.MG.GOV.BR, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR. IPATINGA/MG, 10 DE JUNHO DE 2026. MARCOS ANTÔNIO MARQUES – PRESIDENTE DO CIMVA.